

bros da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), entre os quais se incluíram sociólogos, economistas, demógrafos, antropólogos e técnicos de outras especialidades

Constou o temário de duas partes. A primeira delas versou sobre os seguintes tópicos: I — Introdução: 1) Definição de conceitos; 2) A cidade latino-americana em suas perspectivas históricas. II — Dados demográficos sobre a urbanização na América Latina. III — Os aspectos sociais da urbanização na América Latina: 1 — Industrialização e urbanização: tipos, proporções e localização das indústrias como fatores que influem nas tendências de urbanização, distribuição racional da população e da indústria. 2 — Criação de oportunidades de emprego e sua relação com a mão-de-obra. IV — Aspectos sociais da urbanização na América Latina: 1 — Repercussões humanas e sociais da urbanização: problemas de assimilação e adaptação, condições dos filhos (educação, vacância, trabalho infantil), condição da mulher;

natureza e volume dos serviços sociais existentes; delinqüência e condutas anti-sociais; magnitude e alcance da organização das comunidades locais, o esforço próprio e a educação fundamental. 2 — Problemas materiais dos grupos urbanos que enfrentam rápido crescimento; escassez de residências, favelas, ausência de serviços públicos; saneamento ambiental; saúde e nutrição. 3 — Problemas de trabalho e emprego, emprego urbano insuficiente, relações operário-patronais, instabilidade do trabalho, mobilidade ocupacional.

A parte de conclusões e planos de ação tratou dos seguintes pontos: desenvolvimento econômico e urbanização: planificação física, planificação da cidade e do campo, planificação regional e política social.

O certame foi organizado pelo Escritório de Assuntos Sociais e Assistência Técnica das Nações Unidas e pela UNESCO e contou com o apoio do Escritório Internacional do Trabalho e da Organização dos Estados Americanos.

## V Congresso Nacional de Municípios

Ao final dos trabalhos do V Congresso Nacional de Municípios, realizado no Recife, entre os dias 7 e 10 de dezembro do ano próximo passado, o Sr. Manuel Caetano Bandeira de Melo, relator-geral do aludido certame, apresentou longo e substancial relatório onde se focalizam as cinco principais generalizações que constituíram o fundamento do temário.

Eis a íntegra do importante documento: Cinco generalizações constituíram o fundamento do temário do V Congresso Nacional de Municípios: A Emancipação Global e Progressiva; O Desenvolvimento Planificado; A Mobilização Contra o Subdesenvolvimento; O Aperfeiçoamento do Sistema Federativo; e, finalmente, para delinear as diretrizes do movimento, A Reformulação do Municipalismo.

Dentro desta nomenclatura de generalização de problemas básicos e prementes para os municípios e para o país, classificaram-se as centenas de teses, indicações, requerimentos, contribuições e demais documentos municipalistas de toda espécie, todos eles merecedores de acolhimento e de detido exame e atenção. Não houve tese, não houve indicação, não houve sugestão ou requerimento, que não merecesse estudo e não recebesse parecer, ainda que sucinto. De resto, os pareceres, ne-

cessariamente breves e concisos, das Comissões Técnicas, via de regra somente foram submetidos à decisão soberana do Plenário, depois de exaustivamente debatidos, no seio das Comissões Técnicas, as importantes contribuições trazidas pelos congressistas.

Nem se diga que aqui e ali, tenhamos sido líricos, teóricos, pouco objetivos. A formulação de um problema é tanto mais perfeita quanto mais ele é esmiuçado e discutido. E muitos, que se arrogam o direito de acusar de lirismo estes Congressos, são os mesmos que costumam ocupar a tribuna, em discursos ou palestras intermináveis, para dizer-nos da necessidade de sermos práticos...

Cada autor ou propositor, como é da natureza do regime democrático em que vivemos e em que não queremos deixar de viver, formulou livremente o seu pensamento, as suas sugestões, as conclusões das suas teses; não evidentemente, como um favor que se lhe outorgasse, mas, como um direito que assiste a cada um de expressar livremente o seu pensamento.

As limitações regimentais, que a todos nós alcançam necessariamente, objetivam assegurar a ordem e o rendimento dos trabalhos. Mas é forçoso confessarmos que, dado o tremendo afluxo de teses, sugestões e comunica-

ções, submetidas obrigatoriamente a Plenário, impõe-se a introdução de modificações, que venham obviar essa contingência, em que nos encontramos, de deliberar sobre teses fundamentais para os municípios, para o nosso povo, para a nossa pátria, no breve espaço de tempo de alguns dias apenas, em que decorrem estes Congressos. Em contato pessoal com os congressistas, prefeitos, vereadores, municipalistas de todo o país, pude perceber que é generalizado o desejo de modificações que simplifiquem o andamento de nossos trabalhos, de modo a que não se atravesse a ordem do dia, trazida ao Plenário do Congresso, que tem de decidir soberanamente, como decidiu, sobre todas as teses apresentadas. Sugestões neste sentido já começam a surgir, como as dos senhores congressistas que propõem a realização prévia e frequente de congressos e reuniões regionais ou locais, a fim de que as teses já sejam apresentadas ao conclave nacional depois de, pelo menos, estabelecidos, precisamente, os seus delineamentos e conclusões, o que importaria certamente em considerável economia de tempo e melhor esclarecimento nosso.

Há que encontrar-se uma solução a esse respeito. E é essa uma das tarefas iniciais da Comissão Nacional Organizadora do próximo VI Congresso Nacional de Municípios. Mas isso, é óbvio, resguardando-se em toda linha o direito de livre opinião e de livre enunciação do pensamento.

Esse direito, esse sentimento de liberdade que anima a todos nós, é fundamental ao êxito dos nossos Congressos como o é para a própria dignidade humana. Enganam-se os que julgam que estejamos perdendo tempo quando nos empenhamos em discussões e debates livres, por vezes acalorados e mesmo desordenados, neste Plenário. Debates que em certos dias se prolongaram até alta madrugada. É dessa liberdade, desse contato franco, aberto e duro, de brasileiros de todas as nossas cidades, povoados e sertões, do campo e da área urbana, que sai mais fortalecido e mais esclarecido o movimento municipalista brasileiro. Conheçamo-nos a nós mesmos cada vez mais e estaremos fazendo a grandeza do município e da pátria.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas: a grande missão do nosso movimento, pelo que a mim foi dado observar e concluir neste Congresso, é fazer a grandeza do município, assegurando ao mesmo tempo a unidade da pátria. Esta unidade milagrosa que se estende do Amazonas ao Rio Grande e que nos foi legada pelos nossos maiores. Mas

cabe assegurar o desenvolvimento harmonioso desta nossa nação que é um continente. A opulência não pode opulenta-se ainda mais ao lado da miséria ainda mais miserável, da pobreza ainda mais pobre, do subdesenvolvimento que cada vez mais degradam as maiores parcelas do povo brasileiro. Objetivamos, assim, o desenvolvimento harmônico com o lançamento de recursos cada vez maiores que possibilitem notadamente o desenvolvimento econômico e social do nosso "hinterland".

Sr. Presidente: no debate do item primeiro do temário deste Congresso, advogando a necessidade de fortalecimento financeiro dos municípios, na grande maioria descapitalizados deuse particular atenção à questão da reforma agrária, tendo surgido vários trabalhos propondo a criação do Banco dos Municípios. Não há dúvida, porém, que a maior ênfase neste item, numa formulação objetiva, foi dada ao capítulo da discriminação de rendas, com o apoio à emenda constitucional n.º 1, e, ainda, ao cumprimento, por parte dos estados, do artigo 20 da Constituição Federal, relativo ao excesso da arrecadação.

Quanto ao desenvolvimento planejado, item dois, cumpre destacar, entre as importantes contribuições trazidas a este Congresso, as referentes ao aparelhamento, aquisição de máquinas e equipamentos; erradicação do analfabetismo; reforma ou reorganização agrária; com sugestões do maior interesse oferecidas ao Plenário; ensino técnico-profissional, além de haver-se preconizado, com insistência, a necessidade de estabelecimento de consórcios municipais para a exploração de determinadas riquezas e áreas de produção. É inegável, contudo, que, nesse item, se destacou essa chamada e admirável Operação Município, que é o planejamento de obras, empreendimentos e serviços municipais, mediante recursos racionalmente obtidos na própria área do município, do estado e, para sermos realistas, ali onde de imediato é mais possível obterem-se os recursos, ou seja na área da União Federal. Essa Operação Município, que se realiza através de acordos ou convênios para construção de obras devidamente planejadas, constitui meio racional de alcance à progressiva descentralização administrativa, que é um dos objetivos prementes do movimento municipalista brasileiro.

No item 3 do temário, salientam-se, nesta luta dramática contra o subdesenvolvimento, os aspectos característicos da chamada Operação Nordes-

te, com as metas preferenciais relativas à política de solos e de água; à irrigação; à açudagem; e, numa palavra, à eletrificação rural, capaz de possibilitar a irrigação intensiva e descentralizada. Nesse mesmo item foram focalizados pelo Congresso, aspectos atuais e palpantes, ou propostas providências relativas à participação dos municípios no desenvolvimento planejado do Nordeste com a atuação, que se pretende tornar cada vez mais racional e útil, de órgãos federais de combate às secas, da Companhia Hidrelétrica do São Francisco e do Banco do Nordeste.

No item 4, visando ao aperfeiçoamento do sistema Federativo, foram apresentadas diversas e importantes contribuições, objetivando nomeadamente do sistema federativo, foram vos constitucionais de interesse dos municípios, bem como a capacitação técnica dos governos locais.

No capítulo das imunidades, creio eu, ter sido generalizada neste Congresso, com reduzidas exceções, a convicção de que devem ser estendidas aos vereadores as imunidades parlamentares de que gozam deputados e senadores, nos termos da Constituição Federal e das Cartas Constitucionais das unidades da Federação. Porque não há diferença no processo eleitoral pelo qual uns e outros são escolhidos.

Finalmente, quanto ao quinto e último item, foi êle uma radiografia do movimento municipalista, provocando contribuições concretas em que se apresentam problemas do ruralismo e do municipalismo, como algumas proposições em que a necessidade da eletrificação foi confrontada e posta à

prova com a necessidade de eletrificação da área urbana municipal.

Também, no mesmo item, houve contribuições relativas à estratégia do atual Movimento Municipalista Brasileiro, para o reexame e atualização da Carta dos Municípios, e, feito o chamado "Inventário da Miséria", promover-se o entrosamento da ABM com a denominada Operação Pan-Americana.

Devo salientar, Sr Presidente, que a Assessoria Técnica, a quem incumbe a organização e feitura dos anais dêste Congresso, além de reproduzir fielmente tudo aquilo que aqui foi proposto e debatido, procurará, dentre as teses concernentes a problemas concretos, elaborar, anteprojetos de leis, de decretos e resoluções a fim de serem levados aos senhores membros do Congresso Nacional e aos poderes competentes da área do Executivo para se transformarem em providências práticas e objetivas, em defesa dos municípios e do povo brasileiro.

Desta forma, Sr Presidente, êste nosso Congresso terá, ademais de sua utilidade de haver debatido os problemas dos municípios e de ter promovido a confraternização dos municipalistas de todo o Brasil, terá também o seu valor de utilidade consubstanciado em medidas práticas e diretas, que constituem, por assim dizer, as nossas próprias idéias em ação e movimento. E teremos por tal forma alcançado uma das mais benéficas finalidades dêstes grande conclave.

Êste é o meu relatório, Sr Presidente, sobre o V Congresso Nacional de Municípios.

## 125.º aniversário da chegada de Peter Lund a Minas Gerais

Várias solenidades assinalaram o transcurso do 125.º aniversário da chegada de PETER WILHELM LUND a Minas Gerais.

Patrocinou e orientou essas celebrações o Instituto da Pré-História, levando a cabo a seguinte programação: a) mudança da pedra fundamental da herma do sábio do lugar onde se encontra, por se ter colocado no mesmo lugar outro monumento; b) inauguração do primeiro Instituto Quinzenal de Estudos Pré-Históricos de Minas Gerais, que será realizado todos os anos, na mesma época; c) execução de uma

réplica do busto de LUND, que se acha em Lagoa Santa; d) colocação de uma placa de bronze na lapa do Sumidouro, onde foram encontrados os primeiros rastros fósseis da raça páleo-americana de Lagoa Santa; e) publicação de obras sobre os estudos realizados nas cavernas de Minas Gerais sobre paleontologia e arqueologia; f) recomendação para que a figura de PETER LUND seja estudada nos institutos secundários e grupos escolares da capital.

O Instituto convidou para tomar parte nas comemorações, como membro